PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE CAMPO LARGO

VOLUME 1

DIAGNÓSTICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Affonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal

Valderez Parolin Teixeira
Vice-Prefeito

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO

Silvio Seguro
Advocacia Geral do Município

Clecio Baroni Winheski
Secretaria Municipal de Administração

Evaldo Tadeu Rocha e Sergio Schimidt
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Lino Petry e Juarez Buture
Câmara de Vereadores

Heloísa Karine Eidam
MEACAM (Movimento Ecológico Amigos do Cambuí)

Joel Carlos Sarnick
Fundação Angelo Cretã

Luiz Fernando Vargas
Secretaria Municipal de Governo

Luimir José Cequinel
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento

Dalton José Sávio
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Margareth Aparecida Netzel
Secretaria Municipal da Promoção Social

Antonio Carlos Luciano
Secretaria de Educação e Cultura

Marcio Angelo Beraldo
Secretaria Municipal da Justiça e Cidadania

Juciani M Brolhani
PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense)

Luis Carlos Reis
Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo

Matheus Pereira Ramos
EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural)

Dirlei Edson dos Reis
Conselho Municipal de Meio Ambiente

Jorge Stocchero
Associação Evangélica de Campo Largo

Márcio da Silveira
Banco do Brasil

Marco Aurélio Stroppa
ACICLA (Associação Comercial e Industrial de Campo Largo)

João Gilberto Pereira de Andrade
Caixa Econômica Federal

Juarez Xavier Kuster
OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)

Sérgio Luiz Cequinel Filho
COCEL (Companhia Campolarguense de Energia)

Eloize Motter Rodrigues
SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná)

Mario Boaron
Paróquia N.S. da Piedade

Luiz Antônio Chagas
Fundação João XXIII

Adalberto Sampaio
Associação de Moradores

Clair Jesus Coelho de Souza
CRECI Campo Largo

Aroldo Wöhl
Jornal O Metropolitano

Germano José de Oliveira
Jornal Folha de Campo Largo

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA

Edson Leucz
Secretário de Infra Estrutura
Diretor Superintendente COMLAR

Daily Reinke
Arquiteto

Carlos Groth
Engenheiro Civil

Gustavo Luiz Pamplona
Arquiteto

Evelise Bianco Surgik
Engenheira Civil

Erenice A. Sant'Ana
Oficial Administrativo

Renê Miranda
Topógrafo

EQUIPE TÉCNICA DA FUNPAR

Eduardo Ratton
Engº. Civil, M.Sc., Dr.
CREA 7657-PR
Coordenador Geral

Eli Loyola Borges Fo
Arquiteto
CREA 3306-PR

Hélio Sponholz Araújo
Engº Civil
CREA 10.790-PR

Constança Lacerda Camargo
Arquiteta & Urbanista
CREA 61.904-PR

Antônio Fialho Sobanski
Geólogo
CREA 72.744-RS

Sony Cortese Caneparo
Geógrafa, M.Sc, Dr.
CREA 7.108-PR

Marco Aurélio Ratton
Economista
CORECON 4.308-7 PR

João Afonso Nolf Damiani
Engº Civil
CREA 10.095–PR

Carlos Aurélio Nadal
Engº. Civil, M.Sc., Dr.
CREA 7657-PR

Hélio Hoffmann Coutinho
Engº Químico. Esp
CREA 9a R 09301035

Vivian Ludwig
Eng^{a} Florestal
CREA 68.419-PR

Walter Gustavo Linzmayer
Arquiteto & Urbanista
CREA 73.015-PR

Cristiane Maria Barcik
Arquiteta
CREA 11883-RJ

Sofia Correia
Engenheira Civil
Intercâmbio Universidade Técnica de Lisboa
Lisboa – Portugal

Andressa Tatiana Bronholo
Estagiária de Arquitetura
2° Ano/UNICENP

Cauê Borges Gomes
Estagiário de Estatísca

Luiza de Faria Padilha
Estagiária de Turismo
5° Período/UFPR

Stela Maschio
Estagiária de Engenharia Florestal
5° Ano/UFPR

Cecília Canfield Bogo
Estagiária de Arquitetura
3° Ano/UFPR

Mariana Pimentel de Lara Grocoski
Estagiária de Arquitetura
3° Ano/UFPR

Luiz Fernando Mora
Estagiário de Arquitetura
4° Ano/UTP

Silvia Manoela Schwarz
Estagiária de Arquitetura
3° Ano/UFPR

SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13
1. INTRODUÇÃO 15
2. REFERENCIAL METODOLÓGICO 19
2.1 Considerações Iniciais 20
2.2 Objetivos 20
2.3 Metodologia 22
2.4 Etapas do Plano 23
2.5 Apresentação do Trabalho 32
2.6 Atividades Posteriores 33
2.7 Análise e Aprovação do Plano pelo Executivo e Legislativo Municipal 33
2.8 Acompanhamento e Atualização do Plano 33
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONTEXTO ESTADUAL 35
3.1 Aspectos Gerais 36
3.2 Aspectos Históricos 37
3.3 Inserção Regional 46
3.4 Vias de Acesso 54
4. ASPECTOS FÍSICO - TERRITORIAIS 57
4.1 Geologia e Solo 58
4.2 Hidrografia 88
4.3 Clima 96
4.4. Declividades 100
4.5 Vegetação 101

5. ASPECTOS POPULACIONAIS 122
5.1 A Evolução Demográfica Durante os Últimos 50 Anos 123
5.2 O Município e a Microrregião de Curitiba 125
5.3 O Município e a Região Metropolitana de Curitiba 126
5.4 População por Distritos 128
5.5 População por Faixa Etária em 2000 129
5.6 Situação Econômica da População 130
6. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA 132
6.1 Area Territorial 132
6.2 Informações Geopolíticas do Município 133
6.3 Administração Municipal – Organograma 133
7. ASPECTOS URBANOS 146
7.1. Legislação 147
7.2.Evolução do Uso do Solo 154
7.3. Redes de Infra-Estrutura 154
8. EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS 182
8.1. Educação 183
8.2. Saúde 191
8.3 Assistência Social 200
8.4. Habitação 211
8.5. Lazer E Esporte 213
9. SERVIÇOS PÚBLICO 216
9.1 Transporte 217
9.2. Serviço Funerário e Cemitérios 222
9.3 Segurança Pública 227

10. ASPECTOS SOCIAIS 228
10.1 Educação 231
10.2 Saúde.....245
10.3 O Trabalho 249
10.4 Habitação.....251
10.5 Lazer 253
10.6 Segurança.....254
10.7 Ação Social 255
10.8 Descentralização e Desconcentração Administrativa 256
10.9 Considerações a Respeito do IDH - M.....257
11. ASPECTOS ECONÔMICOS 262
11.1 Descrição dos Setores Econômicos.....264
11.2 Apoio Técnico e Incentivos 270
11.3. Censo Campo Largo 271
11.4 Turismo 291
12. GESTÃO FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS 301
12.1 Balanços Patrimoniais e Orçamentários Resumidos 303
12.2 Receitas.....307
12.3 Despesa e Capacidade de Investimento 320
12.4 Dívida Consolidade Líquida (DCL), Resultados primário e Resultado Nominal 326
12.5 Participação Popular na Gestão Orçamentária 328
13. ASPECTOS AMBIENTAIS 330
13.1 Aspectos Legais.....331
13.2 Diagnóstico Das Áreas De Preservação Ambiental 347
13.3 As Áreas De Preservação Permanente.....349
13.4 Remanescentes Florestais Do Município.....352
13.5 Principais Problemas Ambientais Do Muncípio.....356

14. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO 359
14.1 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA.....360
14.2 O Conselho de Acompanhamento 378
14.3 Grupos de Trabalho.....378
15. BIBLIOGRAFIA.....385

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

No ano de 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, a qual define a questão urbana como um dos elementos de sustentação da República. Em 10 de julho de 2001 foi promulgada a Lei nº 10.257, chamada de Estatuto das Cidades, que institui a exigência de Planos Diretores como instrumentos que regulamentam a política de desenvolvimento urbano dos municípios.

O município de Campo Largo não ficou alheio aos propósitos que aquele diploma preconizou, buscando os mecanismos necessários ao planejamento e à implantação da instrumentação legal e administrativa que garanta um desenvolvimento harmônico e sustentável, atendendo aos anseios da comunidade.

A partir de uma iniciativa louvável e de caráter progressista, o Prefeito Municipal Affonso Portugal Guimarães deu início ao processo de planejamento que ensejou a execução deste Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo (em maio de 2003).

Assim, o plano visa dar uma expressão coletiva, embasado em critérios técnicos e políticos que resultam em uma melhor qualidade de vida, no monitoramento da realidade de sua infra-estrutura, planejando-a para o futuro, com ênfase nas mutações constantes de sua organização espacial, objetivando o equilíbrio social e sua valorização urbanística.

Campo Largo, 01 de julho de 2004.

Eng. Civil, M. Sc., Dr. Eduardo Ratton
CREA 7.657 - PR
Coordenador Geral

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o planejamento municipal de Campo Largo surgiu diante da necessidade da ordenação das suas funções sociais e da garantia do bem estar de seus habitantes, além da escassez dos recursos públicos com a conseqüente racionalização de sua aplicação, orientando o desenvolvimento do município, suas tendências de urbanização e o equacionamento dos problemas ambientais existentes.

O planejamento, aqui concebido como um processo ativo, dinâmico e contínuo, com as articulações entre os diversos agentes da sociedade, prevê a realização de tarefas e obras que transformarão o município, sendo o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado um instrumento indispensável para orientar estas transformações a curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o Plano Diretor de Campo Largo tem como objetivos gerais:

a) Promover o desenvolvimento do Município através de um processo de planejamento, integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais.
b) Elevar o padrão de vida da população no que se refere à qualidade do espaço urbano, condições habitacionais, educação, saúde, cultura e serviços públicos, preservando o equilíbrio necessário às relações entre o meio ambiente natural, o meio rural e o meio urbano em processo de crescimento.
c) Fortalecer a autonomia do Município, de forma que o Poder Público tenha sua situação aprimorada através da definição de prioridades e da racionalização de investimentos, legitimada através da efetiva participação da população nas tomadas de decisão, realizando uma prática de gestão democrática.

d) Desenvolver o Município de forma ordenada e de acordo com o Estatuto das Cidades, estabelecendo-se normas de ordem pública e de interesse social, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, garantindo-se o equilíbrio ambiental.

O plano engloba o território do município como um todo. Observa as áreas de interesses especiais para o desenvolvimento econômico e turístico do município, as áreas urbanas e as de expansão da sede e de seus distritos.

O desenvolvimento do plano contem o resultado das etapas que o compõe.

A primeira etapa dos trabalhos foi realizada através de uma coleta de dados e do levantamento das informações dos diversos setores que compõe as áreas urbana e rural, bem como dos aspectos geográficos, sociais e econômicos do município.

As análises destas informações conduzem ao **diagnóstico da situação**, permitindo a identificação das deficiências atuais da infra-estrutura, bem como de uma predição do crescimento da cidade e de suas necessidades.

A gestão participativa deste processo de planejamento iniciou-se através de pesquisas de opinião, que objetivaram obter o retrato dos anseios da população que vive em Campo Largo.

Organizou-se, então, um prognóstico futuro da cidade, tendo-se como horizonte de planejamento o ano 2.015, o que permitiu a elaboração de um Macrozoneamento e de um Plano de Diretrizes os quais permitem ao Executivo Municipal trabalhar no ordenamento territorial para absorver e estruturar seu crescimento futuro, obedecendo a legislações específicas.

É importante salientar que os produtos e as conclusões, obtidas em cada fase deste planejamento, foram elaborados em permanente integração entre a Equipe Técnica da Prefeitura, o Conselho de Acompanhamento do Plano e a Equipe Técnica da **FUNPAR,** discutindo-se as diversas propostas, de forma a organizar e compor o Estatuto da Cidade de Campo Largo.

2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1 Considerações Iniciais

A metodologia utilizada para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo obedeceu a modernas técnicas de planejamento, garantindo-se a participação da comunidade e uma ampla discussão entre as equipes técnicas da Prefeitura, da FUNPAR e do Conselho de Acompanhamento do Plano.

2.2 Objetivos

Como forma de municiar o Executivo Municipal de instrumentos técnicos e legais, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo pretende implantar uma nova ótica para o desenvolvimento e para o bem estar da população.

De acordo com a sistemática proposta para a elaboração do presente Plano, dá-se ênfase especial à definição dos fatores mais significativos para que se atinjam os seguintes objetivos gerais:

- Formulação de diretrizes gerais capazes de orientar a elaboração de futuros planos de governo, priorizando as ações que garantam um maior retorno social para a comunidade;

- Definição do partido urbanístico e da identidade do município, concebendo-se um documento que retrate a realidade atual e a disponibilidade futura dos sistemas de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento da cidade.

Objetivos específicos:

- Estimular o uso dos terrenos disciplinando sua forma de ocupação;
- Regular a ocupação das edificações sobre os lotes urbanos;
- Evitar o crescimento urbano desordenado e os chamados “vazios urbanos” geradores de altos custos de urbanização;
- Compatibilizar o uso das edificações urbanas em harmonia com as infra-estruturas disponíveis;
- Dimensionar as edificações em relação a uma escala humana;
- Melhorar a qualidade de vida da população mediante a proposição de uma reestruturação urbana, adequada ao crescimento econômico e demográfico do Município;
- Impedir a ocupação antrópica de locais inadequados, não colocando em risco os recursos naturais, como sendo esta uma forma de garantir o equilíbrio ambiental e paisagístico do Município;
- Identificar em todo o território municipal, os espaços necessários para a instalação de equipamentos básicos, visando uma maior eficácia social e eficiência econômica, para atender às populações atual e futura.

2.3 Metodologia

A metodologia adotada para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Largo contempla os seguintes aspectos:

- Seminário informativo realizado pela FUNPAR com a equipe técnica da Prefeitura, apresentando a proposta de trabalho para a elaboração do Plano Diretor, os objetivos e a abrangência do mesmo.

- Concomitantemente a esta etapa procedeu-se à criação do Conselho de Acompanhamento do Plano, incentivando a indispensável participação da sociedade neste importante processo de planejamento.

- Concepção do referencial teórico-metodológico do plano, sendo submetido à Equipe Técnica Municipal e ao Conselho de Acompanhamento do Plano.

- Levantamento de informações, executado pelas Equipes Técnicas da FUNPAR e da Prefeitura, desenvolvido por meio de um trabalho integrado, visando o conhecimento completo do município, em todos os seus aspectos.

- Sistematização e análise das informações, visando à concepção de um diagnóstico da situação, o qual depois de verificado e discutido, embasou o Macrozoneamento e o Plano de Diretrizes Setoriais, para o desenvolvimento do Plano Diretor do Município.

- Realização de reuniões periódicas entre as Equipes Técnicas da FUNPAR e do Município com o Conselho de Acompanhamento do Plano, para a apresentação, a discussão, a análise e a aprovação das decisões que definirão os instrumentos de gestão administrativa e legal, decorrentes do planejamento que se pretende para Campo Largo.

- Elaboração dos projetos de lei e dos procedimentos administrativos necessários para a implementação do plano, com a identificação dos setores da estrutura administrativa municipal que estarão responsáveis pela implementação destas leis, com os respectivos fluxogramas das possibilidades de aplicação destas.

- Treinamento informativo às pessoas-chave da Prefeitura, no sentido de coordenar as ações e propostas, objetivando que sejam respeitados o conteúdo e a hierarquia das mesmas.

2.4 Etapas do Plano

2.4.1 Levantamento de Dados

O Levantamento de Dados fundamenta todas as diretrizes que serão propostas através do plano, bem como a definição das ações prioritárias, sendo para tal realizada uma compilação e uma integração das informações disponíveis em órgãos oficiais e outras oriundas dos levantamentos de campo.

Portanto, paralelamente à coleta de dados, propriamente dita, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Expedição de requerimento aos órgãos públicos, instituições, associações de classe, solicitando listagem de documentos, elaborado juntamente com a Administração Municipal;

- Formação do Conselho Municipal de Acompanhamento do Plano, composto por representantes de diversas esferas da sociedade, conforme o Decreto Municipal de Campo Largo nº 115/03 de 01/07/2003, a saber:

Quadro do Conselho Municipal de Acompanhamento do Plano

Entidade	Representante
Câmara de Vereadores	Lino Petry e Juarez Buture
MEACAM	Heloísa Karine Eidam
Fundação Angelo Creta	Joel Carlos Sarnick
Advocacia Geral do Município	Silvio Seguro
Secretaria de Governo	Luiz Fernando Vargas
Secretaria de Administração	Clécio Baroni Winheski
Secretaria de Finanças	Luimir José Cequinel
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Dalton José Savio
Secretaria de Promoção Social	Margareth Netzel
Secretaria de Educação e Cultura	Antonio Carlos Luciano
Secretaria de Saúde	Evaldo Tadeu Rocha e Sérgio Schimidt
Secretaria de Justiça e Cidadania	Marcio Ângelo Beraldo
PROVOPAR	Juciani Bruliane
Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo	Luis Carlos Reis
EMATER Campo Largo	Matheus Pereira Ramos
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Dirlei Edson dos Reis
Associação Evangélica de Campo Largo	Jorge Stocchero
Banco do Brasil	Márcio da Silveira
ACICLA	Marco Aurélio Stroppa
Caixa Econômica Federal	João Gilberto Pereira de Andrade
OAB	Juarez Xavier Kuster
COCEL	Sergio Luiz Cequinel
SANEPAR	Eloize Motter Rodrigues
Paróquia N.S. da Piedade	Mario Boaron
Associação de Moradores	Adalberto Sampaio
CRECI Campo Largo	Clair Jesus Coelho de Souza
Fundação João XXIII	Luiz Antonio Chagas

Para a consecução desta etapa foram utilizados inúmeros levantamentos de dados, cujas principais fontes se encontram indicadas na tabela que segue:

Demonstrativo do Levantamento de Dados do Município de Campo Largo

Área	Discriminação	Pesquisa
1- Situação do Município no contexto estadual	Macro-região Micro-região Rodovias de Acesso Estradas vicinais, etc...	IPARDES DER-PR IBGE COMEC
2- Aspectos físicos	Coordenadas geográficas Municípios limítrofes Área total do Município Área urbana do Município Área rural do Município	IPARDES Prefeitura IBGE
3- Aspectos demográficos	População total População urbana População rural Por setor/tipo, etc...	IBGE IPARDES
4- Dados históricos	Histórico do Município	Prefeitura IBGE/IPARDES
5- Levantamento das Legislações existentes (institucional)	Lei do Perímetro Urbano Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Código de Obras Código de Postura Lei do Sistema Viário Regulamentação de APA's	Prefeitura COMEC
6- Levantamento das plantas básicas do Município	Planta do Município escala 1:75.000 Planta da cidade escala 1:10.000/1:20.000 Mapa do uso e ocupação do solo	Prefeitura COMEC Paraná Cidade SEMA
7- Estrutura físico-natural (recursos naturais)	Levantamento da hidrografia Levantamento do relevo Levantamento da geologia Levantamento da vegetação	IAP SEMA Mineropar COMEC
8- Infra-estrutura e equipamentos urbanos	Saneamento básico Energia elétrica e iluminação pública Sistema viário Pavimentação	Prefeitura BRASIL-TELECOM DER-PR COPEL

	Transportes Comunicação Equipamentos comunitários Escolas e creches Áreas rurais e residenciais Saúde Cultura Lazer	SANEPAR INCRA COMEC COCEL levantamentos
9- Caracterização da base econômica do Município e Caracterização dos setores econômicos	Primário Secundário Terciário	IBGE/IPARDES Prefeitura SEPA/SEAB
10- Uso do solo urbano/ caracterização	Áreas residenciais Áreas comerciais Áreas industriais Vazios urbanos Habitação popular e sub-habitação Densidades urbanas Coeficientes urbanísticos	Prefeitura levantamentos
11- Legislação Complementar	Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101 de 04 de maio de 2000. Lei Federal 6.766/79 de Parcelamento do solo Resolução CONAMA nº 001/86 e complementares. Lei Federal 4.771/65 do Código Florestal Brasileiro Lei nº 47/01 Código tributário	IPARDES Legislações Federais

2.4.2 Diagnóstico

Esta etapa consolidou a fase anterior, onde os dados estudados e coletados são correlacionados e sintetizados sob a forma de textos, gráficos e mapas temáticos.
A estrutura básica deste diagnóstico segue a subdivisão apresentada na seqüência:

Quadro da Subdivisão da Estrutura Básica do Diagnóstico

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado	
Conteúdo Programático do Diagnóstico	
1. Aspectos Físico-Políticos	Histórico do Município Importância Regional Situação Geográfica Clima Geologia Solos Declividades Hidrografia Vegetação
2. Aspectos Sócio-Econômicos	Evolução e Ocupação do Solo Demografia Turismo
3. Recursos Econômicos	Setor Primário Setor Secundário Setor Terciário Setor de Atividades Humanas
4. Estrutura Administrativa e Financeira	Aspectos Administrativos e Institucionais Aspecto Financeiro
5. Estrutura Urbana, Serviços e Equipamentos	Equipamentos Urbanos Abastecimento d'água Sistema de Esgoto Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública Comunicações Estrutura Urbana Setorial Zoneamento e Sistema Viário

2.4.3 Macrozoneamento

Posteriormente a apresentação do diagnóstico / prognóstico e a discussão conjunta com o Conselho de Acompanhamento do Plano, iniciou-se o desenvolvimento das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado propriamente dito, acompanhado de sua instrumentação.

O macrozoneamento caracteriza, em linhas gerais, as áreas conforme seu uso e ocupação atual e suas tendências de crescimento, as áreas tecnicamente adequadas ao desenvolvimento da cidade, as diretrizes viárias, os conflitos e os usos indevidos.

Como produto se podem uma identificação das áreas com relação as suas aptidões e restrições aos diversos usos (urbanizáveis e não urbanizáveis).

2.4.4 Formulação de Diretrizes

As análises e conclusões desenvolvidas a partir do diagnóstico executado e do resultado da enquete de opinião pública conduziu ao desenvolvimento das diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Estas representam, em síntese, as proposições e as perspectivas das ações necessárias para o desenvolvimento integrado do Município, além de indicar as principais ações que deverão ser realizadas para suprir as atuais deficiências, respeitando os anseios da comunidade.

Nesta etapa foi de fundamental importância a participação do Executivo Municipal e do Conselho de Acompanhamento do Plano.

2.4.5 Propostas e Plano Diretor

Para o entendimento das diretrizes setoriais de desenvolvimento, que foram definidas na fase anterior, foi concebida uma série de medidas, as quais conjuntamente integram um Plano de Ações Municipais.

Em outras palavras, os problemas ou deficiências identificados setorialmente na etapa do diagnóstico, conduziram à definição de diretrizes setoriais, as quais exigem diversas ações (ou medidas) que, em conjunto, compõem um Plano de Ações, onde estarão indicadas as prioridades de suas implementações, bem como os recursos financeiros necessários.

Saliente-se, novamente, a fundamental importância da participação da comunidade, através de seus representantes junto ao Conselho de Acompanhamento do Plano, para consolidar as novas propostas.

2.4.6 Legislação Urbana Básica

Os principais instrumentos legais que consolidam o planejamento do município são:

- Lei do Plano Diretor:

A Lei do Plano Diretor deve sintetizar os instrumentos de planejamento que permitirão a evolução da qualidade de vida e da melhoria da infra-estrutura da cidade, objetivando a preservação do ambiente para a atual e as futuras gerações.

- Lei do Perímetro Urbano:

Define o território urbano da sede do município e de seus distritos, devendo estar articulado com as Leis do Parcelamento do Solo e de Zoneamento.

- Lei do Parcelamento do Solo:

Define as normas para qualquer tipo de alteração nas dimensões das propriedades urbanas, sejam loteamentos, desmembramentos ou remembramentos, seja em áreas urbanas ou em zonas de uso especial (APAs).

- Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo Urbano:

Define os parâmetros e os gabaritos construtivos, bem como os usos funcionais do solo, sem prejuízo dos limites e demais dispositivos legais determinados pela Lei do Perímetro Urbano.

- Lei do Código de Obras:

Dispõe sobre as exigências para a execução de obras e serviços de construção a serem realizados no território municipal.

- Lei do Código de Posturas:

Define as medidas de polícia administrativa em matéria de higiene, segurança, ordem pública e bem estar comum, que deverão ser respeitados no âmbito municipal

- Lei do Sistema Viário:

Definem a hierarquização das vias, o traçado básico do sistema viário, as diretrizes para arruamento, os gabaritos das vias, as caixas de rolamento, as dimensões das calçadas, dos canteiros, e o planejamento de futuras modificações do sistema viário.

- Lei do Uso Compulsório de Imóveis Urbanos e do IPTU Progressivo

Cria um mecanismo de persuasão dos proprietários de imóveis urbanos sub-utilizados para que estes venham a cumprir sua função social. Concede ao município o direito de cobrança de um IPTU progressivo no tempo no caso de não seguida a determinação de uso, de um determinado imóvel, em conformidade com o planejado pelo executivo.

- Lei de Preempção de Imóveis Urbanos e das Operações Consorciadas

Estabelece a possibilidade do direito preferencial de compra de imóveis urbanos pelo Executivo Municipal, bem como regulamenta a possibilidade de operações e uso de propriedades sob a forma de consórcio entre particulares e o próprio Executivo Municipal.

- Lei do Usucapião Especial e do Direito de Superfície

Estabelece a possibilidade legal do direito de posse de móveis urbanos, ao mesmo tempo em que permite e reconhece os contratos de concessão de uso de propriedades, entre particulares, sem que aos ocupantes seja dado o direito de futuramente requerer o usucapião.

- Lei do Meio Ambiente

Tem por finalidade estabelecer as normas sobre a proteção, o controle, a conservação e a recuperação do meio ambiente em todo o território, de acordo com as disposições da legislação Municipal, Estadual e Federal.

- Estatuto da Cidade:

Atendendo ao disposto na Lei Federal no 10.257 (10/07/2001), a qual regulamenta os artigos no 182 e 183 da Constituição Federal, será elaborado o Estatuto da Cidade de Campo Largo, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e validando o Plano Diretor como instrumento básico do desenvolvimento e da expansão urbana.

Nota: Estas leis são acompanhadas de mapas, permitindo uma visão espacial dos instrumentos legais que condicionam o desenvolvimento urbano.

Faz parte desta etapa a concepção dos procedimentos administrativos e do fluxo de documentos da administração municipal, prevendo como deve ser aplicada a legislação do planejamento municipal.

2.5 Apresentação do Trabalho

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado é apresentado sob forma de um documento público, em uma via impressa e duas em meio magnético, contendo os textos e o material gráfico ilustrativo necessário à sua compreensão, divulgação e futura implantação, consubstanciado em etapas conforme previa o cronograma físico de entrega dos trabalhos.

Está igualmente previsto a disponibilização de todos os documentos técnicos integrantes do Plano Diretor no site da Internet criado pela Prefeitura (http://www.comlar.pr.gov.br/paginas/plano_diretor.php).

2.6 Atividades Posteriores

Após a conclusão e entrega do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, algumas ações serão necessárias para a manutenção de sua qualidade e eficácia como instrumento de administração do desenvolvimento municipal, são elas:

2.7 Análise e Aprovação do Plano pelo Executivo e Legislativo Municipal

Compreende a apresentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado às autoridades constituídas do Executivo e do Legislativo Municipal para apreciação, inclusão de sugestões e posterior aprovação.

2.8 Acompanhamento e Atualização do Plano

O planejamento é uma atividade contínua e eminentemente dinâmica. A fim de consolidá-lo, a Prefeitura Municipal de Campo Largo deverá disponibilizar um esforço permanente, no sentido de controlar os resultados, a revisão e o ajuste periódico do Plano Diretor, se necessário.

Para tanto, será necessária a definição de uma equipe técnica, que conjuntamente com o Conselho de Acompanhamento do Plano, seja capaz de gerenciar as atividades vinculadas ao planejamento, bem como assessorar a municipalidade nas tomadas de decisões.

É importante salientar que as eventuais mudanças das legislações pertinentes ao Plano, da mudança das prioridades de ação, ou enfim, qualquer alteração das propostas que tenham sido aprovadas pela Câmara de Vereadores, exigirá nova consulta e apreciação do Conselho de Acompanhamento do Plano e, ainda, após a aprovação das alterações, estas deverão ser submetidas, novamente, à apreciação e aprovação pela Câmara Municipal.

Neste contexto também é prevista a sistematização das atividades a serem desenvolvidas, através de fluxogramas e procedimentos, pois somente através deste processo o Plano Diretor atingirá, de forma integrada e com a maior eficácia, os objetivos a que se propõe.